



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, ASSISTÊNCIA SOCIAL,
EDUCAÇÃO, SAÚDE, CULTURA, ESPORTE, CIDADANIA E MEIO AMBIENTE

PROJETO DE LEI 072/2025

I – MATERIA

PL Nº. 072/2025 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2026 DO MUNICÍPIO DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

II - VOTO DO RELATOR

PL Nº. 072/2025 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2026 DO MUNICÍPIO DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Quanto à juridicidade, não há nenhum óbice na aprovação do projeto, pois está de acordo com os princípios gerais do direito e o ordenamento jurídico vigente.

Em relação ao mérito, analisando a proposição, verifico prontamente os objetivos elogiáveis, por isso louvo o autor pela iniciativa.

Diante do exposto voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei 072/2025.

III - VOTO DOS DEMAIS MEMBROS



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Acompanhando o voto do EXMO Relator os demais membros desta Comissão, votaram favoravelmente pela regular tramitação do projeto citado e assinam juntamente com o EXMO Relator.

Sendo assim, a comissão de obras e serviços públicos, após análise do Projeto de Lei 072/2025, conclui pela sua constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade quanto ao mérito, pela sua regular tramitação.


Sala das Comissões em 11 de junho de 2025.



Rafael Alves dos Santos
Membro



Luzia Aparecida Juvenal
Presidente



Fabricio Jonad Becker
Membro - Relator



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, ASSISTÊNCIA SOCIAL,
EDUCAÇÃO, SAÚDE, CULTURA, ESPORTE, CIDADANIA E MEIO AMBIENTE

PROJETO DE LEI Nº 089/2025

I – MATERIA

PL Nº 089/2025 "Altera o código tributário do município de Paranatinga – MT e dá outras providências."

II - VOTO DO RELATOR

Chega a esta Comissão de defesa dos direitos humanos, assistência social, educação, saúde, cultura, esporte, cidadania e meio ambiente, o Projeto de Lei nº 089/2025, de iniciativa do Poder Executivo Municipal, que propõe significativas alterações no Código Tributário Municipal de Paranatinga. O objetivo central da proposição, conforme expresso no Art. 1º do Projeto de Lei, é modernizar e aprimorar o sistema tributário local, buscando maior justiça fiscal, segurança jurídica e sustentabilidade das contas públicas. As principais modificações abrangem:

- Ampliação das hipóteses de isenção tributária para templos de qualquer culto.
- Redimensionamento de multas por mora e padronização do índice de correção monetária (IPCA).
- Implementação de isenção de IPTU para imóveis de incorporação imobiliária.
- Aprimoramento do processo de arbitramento da base de cálculo do ITBI.



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

- Ampliação das isenções de ITBI para programas de habitação de interesse social e redução da base de cálculo para imóveis financiados pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH).
- Aprimoramento da cobrança extrajudicial da Dívida Ativa.
- Redefinição da progressividade da Taxa de Resíduos Sólidos e da cobrança mínima da COSIP para terrenos sem edificação.
- Implementação de modificações no ISSQN, conforme Leis Complementares Federais nº 175 e 183, e redução da alíquota para serviços de monitoramento e rastreamento a distância.
- Redução da alíquota do IPTU para chácaras localizadas no perímetro urbano.

O Projeto de Lei foi precedido pelo Parecer Jurídico nº 075/2025, emitido pela Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal, que, embora tenha sido **DESAVORÁVEL** e apontado a necessidade de sanar algumas irregularidades para sua plena conformidade, concluiu que, uma vez superadas tais questões, o parecer seria favorável à tramitação.

O Parecer Jurídico nº 075/2025, ao apontar a necessidade de sanar "irregularidades", refere-se principalmente à importância de que a lei defina de forma clara e objetiva os requisitos para a concessão de benefícios fiscais, como a isenção de IPTU para incorporação imobiliária (Arts. 17 e 110-A a 110-D do PL), a isenção e redução da base de cálculo do ITBI para habitação de interesse social (Arts. 18 e 21 do PL), a progressividade da Taxa de Resíduos Sólidos e COSIP (Arts. 23, 26, 27 do PL), e a alíquota de IPTU para chácaras (Art. 14 do PL).

Esta Comissão de defesa dos direitos humanos, assistência social, educação, saúde, cultura, esporte, cidadania e meio ambiente, ao analisar o Parecer Jurídico nº 075/2025, identificou pontos que, embora válidos em sua intenção de aprimoramento, podem ser considerados um "exagero legal" na interpretação do Projeto de Lei nº 089/2025, merecendo os seguintes esclarecimentos:



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

A) Progressividade da Taxa de Resíduos Sólidos e COSIP (Arts. 23 e 27 do PL): O Parecer Jurídico nº 075/2025, em seu item 7, sugere que "é importante que a lei defina de forma clara e objetiva os critérios para a progressividade" da Taxa de Resíduos Sólidos e da COSIP. Contudo, uma leitura atenta dos artigos 23 e 27 do Projeto de Lei nº 089/2025 revela que estes dispositivos não abordam a definição de critérios para a progressividade dessas taxas.

O Art. 23 do PL altera o Art. 261 da Lei Municipal nº 1.828/2019, focando na definição do contribuinte da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares, sem tratar de sua progressividade.

O Art. 27 do PL, por sua vez, altera o Art. 292 da Lei Municipal nº 1.828/2019, que trata do lançamento da COSIP. Embora mencione que o valor será cobrado "baseado em percentuais sobre os valores tarifários de energia elétrica pública" e fixe um "valor mínimo para as Unidades Imobiliárias que não dispunha de consumo individual de Energia Elétrica", e ainda um percentual fixo de 15% para imóveis não dotados de ligação regular de energia elétrica, estes são métodos de cálculo e cobrança específicos e não a instituição ou redefinição de critérios de progressividade no sentido de uma escala de alíquotas ou valores baseada em faixas de consumo ou valor do imóvel. A preocupação do Parecer Jurídico, nesse ponto, parece se referir a uma interpretação mais ampla do termo "progressividade" que não se reflete diretamente no texto dos artigos em questão.

B) Modificações no ISSQN (Item 8 do Parecer Jurídico nº 075/2025): O Parecer Jurídico nº 075/2025, em seu item 8, recomendou que as modificações no ISSQN fossem "analisadas à luz da legislação federal e da jurisprudência do STF", e que se verificasse se as alterações propostas estavam "em consonância com os limites estabelecidos pela Constituição Federal e pelas leis complementares". Esta Comissão de defesa dos direitos humanos, assistência social, educação, saúde, cultura, esporte, cidadania e meio ambiente, informa que realizou tal avaliação e concluiu que as alterações propostas no ISSQN (Arts. 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 10 e 36 do PL) estão, de fato, em plena consonância com a Constituição Federal de 1988



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

e com as Leis Complementares Federais nº 175 e 183. Trata-se de uma adequação necessária e imperativa da legislação municipal à normativa federal, garantindo a segurança jurídica e a conformidade do sistema tributário local.

C) Alíquota de Chácaras (Item 9 do Parecer Jurídico nº 075/2025): O Parecer Jurídico nº 075/2025, em seu item 9, ao tratar da redução da alíquota do IPTU para chácaras, sugeriu que "é importante que a lei defina de forma clara e objetiva os requisitos para a concessão do benefício". No entanto, o Art. 14 do Projeto de Lei nº 089/2025, ao instituir o item "d" no inciso I do Art. 91 da Lei Municipal nº 2.818/2019, expressamente define a alíquota para chácaras localizadas no perímetro urbano e áreas de expansão urbana como 0,2% (dois décimos por cento). A alíquota está, portanto, clara e objetivamente estabelecida no texto legal. Eventuais requisitos para a classificação de um imóvel como "chácara" ou para a aplicação específica dessa alíquota, se não estiverem já definidos na Lei nº 1.828/2019, podem ser objeto de regulamentação posterior, mas a alíquota em si é inequívoca no Projeto de Lei.

Nesse sentido, vislumbra-se que a proposição já avança ao instituir novos artigos e detalhar as hipóteses, e eventuais ajustes para maior clareza podem ser feitos por meio de emendas durante o processo legislativo ou por regulamentação via decreto, sem comprometer a constitucionalidade ou legalidade da matéria. A própria mensagem do Projeto de Lei destaca a busca por uma arrecadação justa e a modernização da legislação municipal, alinhando-a às modernas interpretações do direito.

A Comissão de defesa dos direitos humanos, assistência social, educação, saúde, cultura, esporte, cidadania e meio ambiente, reitera que o Projeto de Lei nº 089/2025, em sua estrutura e objetivos, está em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, e as sugestões de aprimoramento podem ser incorporadas nas fases subsequentes de análise e debate.



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Diante do exposto, e considerando a relevância das alterações propostas para a modernização e aprimoramento do sistema tributário municipal, bem como a consonância geral da matéria com os princípios constitucionais e legais, o voto do relator é **FAVORÁVEL** à tramitação do Projeto de Lei nº 089/2025, com o mesmo entendimento dos demais membros da comissão.

III - VOTO DOS DEMAIS MEMBROS

A Comissão de defesa dos direitos humanos, assistência social, educação, saúde, cultura, esporte, cidadania e meio ambiente, por seus membros, acompanha o voto do relator e manifesta-se **FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei nº 089/2025, recomendando o seu prosseguimento para as demais Comissões e posterior deliberação do Plenário.

Sala das Comissões em 11 de junho de 2025.



Luzia Aparecida Juvenal

Presidente



Rafael Alves dos Santos

Membro - Relator



Fabricio Jonad Becker

Membro



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, ASSISTÊNCIA SOCIAL,
EDUCAÇÃO, SAÚDE, CULTURA, ESPORTE, CIDADANIA E MEIO AMBIENTE

PROJETO DE LEI 098/2025

I – MATERIA

PL Nº. 098/2025 - "REVOGA A LEI N.º 2392/2022, QUE AUTORIZA A ADESÃO DO MUNICÍPIO AO CONSÓRCIO ARIS-MT, E AUTORIZAR A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO COM NOVA AGÊNCIA REGULADORA."

II - VOTO DO RELATOR

PL Nº. 098/2025 - "REVOGA A LEI N.º 2392/2022, QUE AUTORIZA A ADESÃO DO MUNICÍPIO AO CONSÓRCIO ARIS-MT, E AUTORIZAR A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO COM NOVA AGÊNCIA REGULADORA."

Quanto à juridicidade, não há nenhum óbice na aprovação do projeto, pois está de acordo com os princípios gerais do direito e o ordenamento jurídico vigente.

Em relação ao mérito, analisando a proposição, verifico prontamente os objetivos elogiáveis, por isso louvo o autor pela iniciativa.

Diante do exposto voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei 098/2025.

III - VOTO DOS DEMAIS MEMBROS

Acompanhando o voto do EXMO Relator os demais membros desta Comissão, votaram favoravelmente pela regular tramitação do projeto citado e assinam juntamente com o EXMO Relator.



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Sendo assim, a comissão de obras e serviços públicos, após análise do Projeto de Lei 098/2025, conclui pela sua constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade quanto ao mérito, pela sua regular tramitação.

Sala das Comissões em 11 de junho de 2025.


Luzia Aparecida Juvenal
Presidente - Relatora
Rafael Alves dos Santos
Membro
Fabricio Jonad Becker
Membro



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, ASSISTÊNCIA SOCIAL,
EDUCAÇÃO, SAÚDE, CULTURA, ESPORTE, CIDADANIA E MEIO AMBIENTE

PROJETO DE LEI 099/2025; 100/2025; 101/2025

I – MATERIA

PL Nº. 099/2025 - "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL INCLUI NOS ANEXOS DO PLANO PLURIANUAL – PPA 2022-2025, LEI Nº 2259/2021, O PROGRAMA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

PL Nº. 100/2025 - "INCLUI NA LEI Nº 2831/2024 E NOS SEUS RESPECTIVOS ANEXOS - LDO PARA 2025, O PROGRAMA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

PL Nº. 101/2025 - AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERÁVIT FINANCEIRO EXCESSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

II - VOTO DO RELATOR

PL Nº. 099/2025 - "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL INCLUI NOS ANEXOS DO PLANO PLURIANUAL – PPA 2022-2025, LEI Nº 2259/2021, O PROGRAMA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

PL Nº. 100/2025 - "INCLUI NA LEI Nº 2831/2024 E NOS SEUS RESPECTIVOS ANEXOS - LDO PARA 2025, O PROGRAMA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

PL Nº. 101/2025 - AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERAVIT FINANCEIRO EXCESSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Quanto à juridicidade, não há nenhum óbice na aprovação do projeto, pois está de acordo com os princípios gerais do direito e o ordenamento jurídico vigente.

Em relação ao mérito, analisando a proposição, verifico prontamente os objetivos elogiáveis, por isso louvo o autor pela iniciativa.

Diante do exposto voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei 099/2025; 100/2025; 101/2025.

III - VOTO DOS DEMAIS MEMBROS

Acompanhando o voto do EXMO Relator os demais membros desta Comissão, votaram favoravelmente pela regular tramitação do projeto citado e assinam juntamente com o EXMO Relator.

Sendo assim, a comissão de obras e serviços públicos, após análise do Projeto de Lei 099/2025; 100/2025; 101/2025, conclui pela sua constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade quanto ao mérito, pela sua regular tramitação.

Sala das Comissões em 11 de junho de 2025.

Luzia Aparecida Juvenal
Presidente



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA


Rafael Alves dos Santos
Membro
Fabricio Jonad Becker
Membro - Relator



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, ASSISTÊNCIA SOCIAL,
EDUCAÇÃO, SAÚDE, CULTURA, ESPORTE, CIDADANIA E MEIO AMBIENTE

PROJETO DE LEI 102/2025; 103/2025; 104/2025

I – MATERIA

PL Nº. 102/2025 - "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL INCLUI NOS ANEXOS DO PLANO PLURIANUAL – PPA 2022-2025, LEI Nº 2259/2021, O PROGRAMA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

PL Nº. 103/2025 - "INCLUI NA LEI Nº 2831/2024 E NOS SEUS RESPECTIVOS ANEXOS - LDO PARA 2025, O PROGRAMA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

PL Nº. 104/2025 - "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

II - VOTO DO RELATOR

PL Nº. 102/2025 - "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL INCLUI NOS ANEXOS DO PLANO PLURIANUAL – PPA 2022-2025, LEI Nº 2259/2021, O PROGRAMA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

PL Nº. 103/2025 - "INCLUI NA LEI Nº 2831/2024 E NOS SEUS RESPECTIVOS ANEXOS - LDO PARA 2025, O PROGRAMA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

PL Nº. 104/2025 – "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Quanto à juridicidade, não há nenhum óbice na aprovação do projeto, pois está de acordo com os princípios gerais do direito e o ordenamento jurídico vigente.

Em relação ao mérito, analisando a proposição, verifico prontamente os objetivos elogiáveis, por isso louvo o autor pela iniciativa.


Diante do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei 102/2025; 103/2025; 104/2025.

III - VOTO DOS DEMAIS MEMBROS


Acompanhando o voto do EXMO Relator os demais membros desta Comissão, votaram favoravelmente pela regular tramitação do projeto citado e assinam juntamente com o EXMO Relator.

Sendo assim, a comissão de obras e serviços públicos, após análise do Projeto de Lei 102/2025; 103/2025; 104/2025, conclui pela sua constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade quanto ao mérito, pela sua regular tramitação.


Sala das Comissões em 11 de junho de 2025.



Luzia Aparecida Juvenal
Presidente



Rafael Alves dos Santos
Membro - Relator



Fabricio Jonad Becker
Membro



COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, ASSISTÊNCIA SOCIAL,
EDUCAÇÃO, SAÚDE, CULTURA, ESPORTE, CIDADANIA E MEIO AMBIENTE

PROJETO DE LEI 105/2025; 106/2025; 107/2025

I – MATERIA

PL Nº. 105/2025 - "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL INCLUI NOS ANEXOS DO PLANO PLURIANUAL – PPA 2022-2025, LEI Nº 2259/2021, O PROGRAMA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

PL Nº. 106/2025 – "INCLUI NA LEI Nº 2831/2024 E NOS SEUS RESPECTIVOS ANEXOS - LDO PARA 2025, O PROGRAMA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

PL Nº. 107/2025 – "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITOS ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E SUPERAVIT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

II - VOTO DO RELATOR

PL Nº. 105/2025 - "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL INCLUI NOS ANEXOS DO PLANO PLURIANUAL – PPA 2022-2025, LEI Nº 2259/2021, O PROGRAMA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

PL Nº. 106/2025 – "INCLUI NA LEI Nº 2831/2024 E NOS SEUS RESPECTIVOS ANEXOS - LDO PARA 2025, O PROGRAMA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

PL Nº. 107/2025 – "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITOS ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E SUPERAVIT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Quanto à juridicidade, não há nenhum óbice na aprovação do projeto, pois está de acordo com os princípios gerais do direito e o ordenamento jurídico vigente.

Em relação ao mérito, analisando a proposição, verifico prontamente os objetivos elogiáveis, por isso louvo o autor pela iniciativa.


Diante do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei 105/2025; 106/2025; 107/2025.


III - VOTO DOS DEMAIS MEMBROS


Acompanhando o voto do EXMO Relator os demais membros desta Comissão, votaram favoravelmente pela regular tramitação do projeto citado e assinam juntamente com o EXMO Relator.

Sendo assim, a comissão de obras e serviços públicos, após análise do Projeto de Lei 105/2025; 106/2025; 107/2025, conclui pela sua constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade quanto ao mérito, pela sua regular tramitação.

Sala das Comissões em 11 de junho de 2025.


Luzia Aparecida Juvenal
Presidente


Rafael Alves dos Santos
Membro


Fabricio Jonad Becker
Membro - Relator



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, ASSISTÊNCIA SOCIAL,
EDUCAÇÃO, SAÚDE, CULTURA, ESPORTE, CIDADANIA E MEIO AMBIENTE.**

PROJETO DE LEI 108/2025;

I – MATERIA

PL Nº. 108/2025 - "REGULAMENTA A CARREIRA DOS SERVIDORES EFETIVOS DO CARGO DE RECEPCIONISTA DO MUNICÍPIO DE PARANATINGA-MT ADEQUANDO SEUS VENCIMENTOS, CONFORME O DISPOSTO NO ANEXO DA LEI MUNICIPAL DE Nº 2283/2022, REGULAMENTANDO, PORTANTO, O ANEXO VI – TABELA DE VENCIMENTOS DA LEI Nº 035/2003."

II - VOTO DO RELATOR

De início, foi analisado o parecer técnico jurídico, o qual o parecer foi favorável ao: **PL Nº. 108/2025** - "REGULAMENTA A CARREIRA DOS SERVIDORES EFETIVOS DO CARGO DE RECEPCIONISTA DO MUNICÍPIO DE PARANATINGA-MT ADEQUANDO SEUS VENCIMENTOS, CONFORME O DISPOSTO NO ANEXO DA LEI MUNICIPAL DE Nº 2283/2022, REGULAMENTANDO, PORTANTO, O ANEXO VI – TABELA DE VENCIMENTOS DA LEI Nº 035/2003."

Diante do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei 108/2025.

III - VOTO DOS DEMAIS MEMBROS

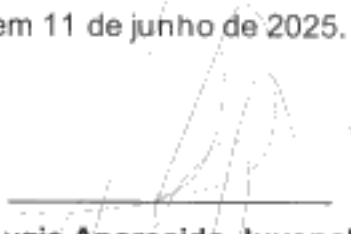
Acompanhando o voto do EXMO Relator os demais membros desta Comissão, votaram favoravelmente pela regular tramitação do projeto citado e assinam juntamente com o EXMO Relator.




ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Sendo assim, a comissão de defesa dos direitos humanos, assistência social, educação, saúde, cultura, esporte, cidadania e meio ambiente, após análise do Projeto de Lei 108/2025, conclui pela sua constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade quanto ao mérito, pela sua regular tramitação.

Sala das Comissões em 11 de junho de 2025.



Luzia Aparecida Juvenal
Presidente - Relator



Rafael Alves dos Santos
Membro



Fabricio Jonad Becker
Membro



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, ASSISTÊNCIA SOCIAL,
EDUCAÇÃO, SAÚDE, CULTURA, ESPORTE, CIDADANIA E MEIO AMBIENTE

PROJETO DE LEI 109/2025; 110/2025; 111/2025

I – MATERIA

PL Nº. 109/2025 - "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL INCLUI NOS ANEXOS DO PLANO PLURIANUAL – PPA 2022-2025, LEI Nº 2259/2021, O PROGRAMA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

PL Nº. 110/2025 – "INCLUI NA LEI Nº 2831/2024 E NOS SEUS RESPECTIVOS ANEXOS - LDO PARA 2025, O PROGRAMA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

PL Nº. 111/2025 – "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITOS ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERAVIT E EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

II - VOTO DO RELATOR

PL Nº. 109/2025 "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL INCLUI NOS ANEXOS DO PLANO PLURIANUAL – PPA 2022-2025, LEI Nº 2259/2021, O PROGRAMA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

PL Nº. 110/2025 – "INCLUI NA LEI Nº 2831/2024 E NOS SEUS RESPECTIVOS ANEXOS - LDO PARA 2025, O PROGRAMA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

PL Nº. 111/2025 – "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITOS ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERAVIT E EXCESSO DE ARRECAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Quanto à juridicidade, não há nenhum óbice na aprovação do projeto, pois está de acordo com os princípios gerais do direito e o ordenamento jurídico vigente.

Em relação ao mérito, analisando a proposição, verifico prontamente os objetivos elogiáveis, por isso louvo o autor pela iniciativa.

Diante do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei 109/2025; 110/2025; 111/2025.


III - VOTO DOS DEMAIS MEMBROS


Acompanhando o voto do EXMO Relator os demais membros desta Comissão, votaram favoravelmente pela regular tramitação do projeto citado e assinam juntamente com o EXMO Relator.

Sendo assim, a comissão de obras e serviços públicos, após análise do Projeto de Lei 109/2025; 110/2025; 111/2025, conclui pela sua constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade quanto ao mérito, pela sua regular tramitação.

Sala das Comissões em 11 de junho de 2025.


Luzia Aparecida Juvenal
Presidente


Rafael Alves dos Santos
Membro - Relator


Fabricio Jonad Becker
Membro



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, ASSISTÊNCIA SOCIAL,
EDUCAÇÃO, SAÚDE, CULTURA, ESPORTE, CIDADANIA E MEIO AMBIENTE

PROJETO DE LEI 112/2025; 113/2025; 114/2025

I – MATERIA

PL Nº. 112/2025 - "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL INCLUI NOS ANEXOS DO PLANO PLURIANUAL – PPA 2022-2025, LEI Nº 2259/2021, O PROGRAMA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

PL Nº. 113/2025 – "INCLUI NA LEI Nº 2831/2024 E NOS SEUS RESPECTIVOS ANEXOS - LDO PARA 2025, O PROGRAMA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

PL Nº. 114/2025 - "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITOS ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERAVIT E EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

II - VOTO DO RELATOR

PL Nº. 112/2025 - "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL INCLUI NOS ANEXOS DO PLANO PLURIANUAL – PPA 2022-2025, LEI Nº 2259/2021, O PROGRAMA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

PL Nº. 113/2025 – "INCLUI NA LEI Nº 2831/2024 E NOS SEUS RESPECTIVOS ANEXOS - LDO PARA 2025, O PROGRAMA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

PL Nº. 114/2025 – "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITOS ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERAVIT E EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Quanto à juridicidade, não há nenhum óbice na aprovação do projeto, pois está de acordo com os princípios gerais do direito e o ordenamento jurídico vigente.

Em relação ao mérito, analisando a proposição, verifico prontamente os objetivos elogiáveis, por isso louvo o autor pela iniciativa.

Diante do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei 112/2025; 113/2025; 114/2025.

III - VOTO DOS DEMAIS MEMBROS

Acompanhando o voto do EXMO Relator, os demais membros desta Comissão, votaram favoravelmente pela regular tramitação do projeto citado e assinam juntamente com o EXMO Relator.

Sendo assim, a comissão de obras e serviços públicos, após análise do Projeto de Lei 112/2025; 113/2025; 114/2025, conclui pela sua constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade quanto ao mérito, pela sua regular tramitação.

Sala das Comissões em 11 de junho de 2025.

Rafael Alves dos Santos

Membro

Luzia Aparecida Juvenal

Presidente

Fabricio Jonad Becker

Membro - Relator